



REDE DE
COOPERAÇÃO
ALTERNATIVA

ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA XINGU – ATIX
ASSOCIAÇÃO WYTY-CATÉ DOS POVOS TIMBIRA DO MA E TO
CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA – CTI
COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE – CPI/AC
CONSELHO DAS ALDEIAS WAJÁPI - APINA
FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO – FOIRN
HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI - HAY
INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA – IEPÉ
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA
ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE – OPIAC

Relatório do Intercâmbio da RCA aos Timbira Tema Política Indígena



2011



Intercâmbio coletivo da RCA 2011 ao Centro de Ensino e Pesquisa Pënxyj Hempejã - Carolina, Maranhão

Tema Política Indígena

Realização:



Coordenação:

ASSOCIAÇÃO
Wyty - Catë



Organizações integrantes da RCA-Brasil:

ASSOCIAÇÃO
Wyty - Catë



Apoio institucional a RCA:



Expediente:

Redação e organização do relatório: Marina Kahn

Edição e revisão: Maria Elisa Ladeira / Luís Donisete Benzi Grupioni

São Paulo, novembro de 2011

INTERCÂMBIO DA RCA EM CAROLINA – MA

Dias 20 a 26 de agosto de 2011

Organização: Wyty Catë e CTI

Apoio: Secretaria executiva da RCA

Tema: Política Indígena

INTRODUÇÃO

Este é o relatório da atividade de intercâmbio entre parceiros da Rede de Cooperação Alternativa (RCA) no Centro de Ensino e Pesquisa Timbira Pënxyj Hempejxà, localizado em Carolina – MA.

Dentro da dinâmica de funcionamento da RCA, em que são definidas pautas para encontros temáticos de interesse comum entre parceiros, esse intercâmbio veio focar o tema “política indígena”.

OBJETIVO DO INTERCÂMBIO

Promover o debate entre as instituições membro da RCA, e seus convidados, para que as seis questões abaixo, diagnosticadas por elas em outras oportunidades, sejam enfrentadas:

- A articulação política dentro das TIs se depara com a dificuldade das comunidades se entenderem e saberem o que a organização indígena está fazendo;
- A articulação política entre as organizações indígenas, integrantes da RCA, e o governo não se concretiza porque parece que o governo não está entendendo as demandas indígenas e indigenistas;
- O respeito das lideranças pelos jovens que estão na associação;
- A definição de lideranças políticas internas, entre aqueles que coordenam/orientam coisas dentro do governo e aqueles que estão no governo;
- A gestão política, financeira e técnica de projetos nas associações: dificuldade de formação de gestores indígenas, que não apresentam competência para cuidar de tudo que precisa;
- A indefinição dos papéis dentro da comunidade.

A mediadora optou por enfatizar o papel das associações no contexto da política indígena, na medida em que são elas que se fazem representar na rede.

Dessa perspectiva, as seis questões acima foram aglutinadas em um recorte mais geral que permitiram sua abordagem em cinco dias de encontro, a saber:

- 1- O campo político que delimita a agenda das associações indígenas e as parcerias indigenistas;
- 2- As fronteiras que delimitam o que é política indígena “interna” e o que é política indígena “externa”;
- 3- Serem, ou não, as associações indígenas e apenas elas as responsáveis pela condução do que se chama de “política indígena”;
- 4- A execução de projetos comunitários ser ou não um elemento indissociável do papel político de uma associação indígena.

METODOLOGIA

A dinâmica de trabalho durante os três primeiros dias, no Centro Pënxbuj Hëmpejxà foi realizada da seguinte forma:

- 1- Trabalhos em grupos, por associação indígena, em que foram discutidas as questões-chave de sua atuação institucional de modo a contextualizar na plenária sua inserção de “ator político” local e regional;
- 2- Trabalhos coletivos – associações indígenas e parceiros indigenistas - para elencar e analisar problemas comuns a todos, mas da perspectiva de cada associação, resultando em debates sobre encaminhamentos de soluções que viessem “empoderar” a RCA como ator político no cenário das políticas públicas de interesse dos índios.

OS PARTICIPANTES

A RCA congrega 10 instituições: 6 indígenas (Apina, Atix, Foirn, Hutukara, Opiac e Wyty Catë), e 4 indigenistas (CPI-AC, CTI, Iepé e ISA). Foi estabelecida a participação de três representantes de cada uma, totalizando 30 pessoas além dos organizadores (SE-Iepé e CTI) e RFN.



Comitiva de recepção Timbira aos participantes do intercâmbio

Com o objetivo de enriquecer o debate com demais regiões da Amazônia e ampliar os horizontes para os dilemas das demais organizações situadas em outros biomas, como o Cerrado e a Mata Atlântica, as organizações integrantes da RCA foram instadas a convidar representantes de outras organizações indígenas. Deste modo, o intercâmbio pode contar com seis associações indígenas do Vale do Javari (AM) – Aima (Matis), OGM (Mayuruna), Akavaja (Kanamary) e Asdec, Aimass e Oami (Marubo); duas associações do Parque do Tumucumaque (PA)- a Apitikatxi e a Apiwa - e a Comissão Guarani Yvy Rupa, que atua no litoral do sul e sudeste.

Durante as discussões no Centro Pënxwyj Hëmpejxà foram convidadas pela Associação Wyty Catë 11 associações Timbira, representantes dos Povos Krahô, Gavião-Pykobjê, Apãniekra, Ramkokamekra, Krikati, Apinajé situados nos cerrados do Tocantins e Maranhão. Neste sentido, a participação das reuniões chegou a atingir a média de aproximadamente 50 pessoas. Na manhã da abertura do encontro, 72 pessoas se apresentaram. Ver anexo 1

OS TRABALHOS

Dia 20 de agosto

1- Apresentação dos participantes: Participantes se apresentam: 72 pessoas presentes (Anexo 1), embora várias estivessem ali como ouvintes, e algumas eram representantes da Funai regional que apoiaram o evento e foram para a sua abertura.

2- Apresentação da RCA por Luís Donisete, secretário executivo da RCA:

Como atua a RCA:

a) Intercâmbios. Há 4 anos priorizam os intercâmbios coletivos: todas as 10 organizações da RCA vão para um mesmo lugar/região discutir um tema. O tema da “Gestão territorial e Ambiental nas TIs” foi trabalhado ao longo dos últimos anos quando foram visitados o Rio Negro, Acre e Xingu.

b) Encontros Temáticos: Mudanças Climáticas e Povos Indígenas, Valorização de Patrimônios Culturais Indígenas.

c) Monitoramento de Políticas Públicas: acompanhamento da política nacional de educação escolar indígena e participação em duas comissões do MEC.

d) Difusão de informações: por meio do blog da RCA [HTTP://rcabrasil.blogspot.com](http://rcabrasil.blogspot.com) e de publicações.

Estrutura da RCA:

Assembleia com um representante de cada associação, anual, quando são aprovadas as contas e relatório do ano anterior e definida a agenda do ano (instância máxima de decisão da RCA).

Conselho político: 4 representantes (Wyty/Jonas, HAY/Mauricio, CTI/M. Elisa e Iepé/Luis) retomam as decisões da Assembleia e ajudam a operacionaliza-las.

Secretaria Executiva: É a instância executiva e de gestão, eleita na Assembleia, com mandato bianual, exercida em regime de rodízio. Atualmente exercida por Iepé (2010-2011).

Desafios da RCA

- a) Executar o plano com agendas tão diferentes de cada participante
- b) Captar recursos para realizar suas atividades
- c) Difundir as atividades da rede
- d) Influir nas políticas indigenistas



Centro de Formação Timbira e sala de trabalho do intercâmbio

3- Trabalhos em grupo, por associação, para responderem as seguintes questões:

- a) Quando foi criada associação, e por quê?
- b) Quais as atividades e projetos por ela desenvolvidos?
- c) Quais assuntos e projetos dependem da:
 - Política interna (deixando aos grupos decidir o que é isto)
 - Política externa (idem)

Objetivos da atividade:

- a) Que todos pudessem falar de seus trabalhos a partir do documento-base, sem repeti-lo, mas no enquadramento sugerido acima (pg. 1);

b) Ponderar com a plenária se “fazer política” está necessariamente associado a “desenvolver projetos”, tendo sido este o tom dos documentos reunidos do documento-base, verificando que pesos e medidas os representantes da associação atribuem a “fazer política” e a “atender a demandas das comunidades”.

Principais pontos em comum apresentados na plenária em relação a:

Objetivos das associações: “Ser a voz” do povo indígena que representa; defender e valorizar os povos indígenas; monitorar e cobrar das políticas públicas.

Atividades: Encontros com lideranças por meio de reuniões e de assembleias; desenvolvimento de projetos ou apoio na gestão de projetos nas comunidades pelas associações locais.

Política interna: Absorver demandas; articular comunidades para dar-lhes mais força no atendimento a demandas ou integrá-las para a conquista de objetivos comuns.

Política externa: a) Acompanhar a agenda pública para assuntos relacionados com Saúde, Educação, revisão e/ou fiscalização das Terras Indígenas e b) Cobrar ações dos órgãos indigenistas federais.



Comentários

Houve pouca explicitação do que seriam as demandas além da menção genérica às “necessidades das comunidades”. Manteve-se a sobreposição entre

“fazer política indígena” e “executar projetos”. Associa-se o “fazer política interna” ao trabalho de “articulação” caracterizada pelo “reunir”, “ouvir”, “atender”, sem delimitação da natureza das demandas. A questão da terra é associada a uma pauta da política interna, mas a de saúde e a de educação parecem estar eminentemente associadas ao âmbito de uma atuação da associação para fora – a política.

O depoimento guarani veio demonstrar que as comunidades podem ter voz ativa não dependendo exclusivamente de projetos feitos por associações legalizadas e dos recursos obtidos por elas exclusivamente por meio de projetos.

A Foirn explicitou a afirmação territorial e de direitos é a base da formação da Federação, o que depende da sua política interna, traduzida como o trabalho de articulação da associação com as comunidades. As diversas associações que formam a Foirn assumem as ações e demandas das suas comunidades, independentes da pauta da Foirn.

A Wyty Catê explicitou que a falta de união dificulta a tomada de decisão sobre um aspecto estratégico para o conjunto Timbira, dando como exemplo atual a dificuldade de deliberarem sobre a gestão de recursos de compensação (alagamento da região pela instalação da barragem de Estreito), mas acaba atribuindo à falta de recursos, entendido de projetos que financiem estas atividades, a dificuldade para uma melhor articulação para se alcançar essa união. Interessante destacar que para o problema 5 (*Governos consideram as associações como obstáculo*) o grupo concluiu que se trata de algo sem solução. Ou seja, compreendem que os projetos políticos dos povos indígenas representados, em princípio por suas associações, serão sempre obstáculos aos projetos políticos governamentais Não houve contra argumentação da plenária.

Essas conclusões foram rapidamente expostas ao final dos trabalhos, mas o tardar da hora impediu que se abrisse mais espaço para discussões.

Dia 21 de agosto

1-Trabalho coletivo com toda a Plenária.

A mediadora solicitou que todos fossem listando (em voz alta e ela anotando no quadro negro) os problemas mais comuns enfrentados pelas associações. Chegou-se a 40 deles:

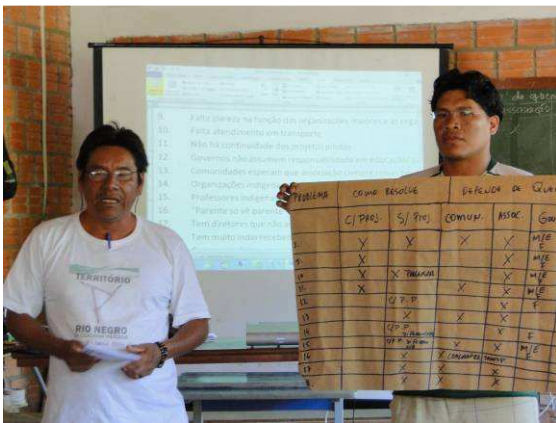
- 1- Muitos parentes não entendem o que faz uma associação;
- 2- Falta técnica e conhecimento para gestão de projetos;
- 3- Comunidades querem que associação façam obras, construção;
- 4- Falta regularização de TI;
- 5- Governos consideram as associações como obstáculo;
- 6- Falta combustível;
- 7- Conflito entre diretores das organizações e as comunidades;
- 8- Transporte aéreo é muito caro;
- 9- Falta clareza na função das organizações maiores e as organizações de base;
- 10- Comunidades querem atendimento em transporte;

- 11- Projetos pilotos não continuam;
- 12- Governo não assume responsabilidade em educação e saúde;
- 13- Comunidade espera que as associações comprem coisas em geral;
- 14- Organizações sofrem com a burocracia dos convênios com o Governo;
- 15- Professores indígenas não são formados pelo Governo;
- 16- “parente só vê parente”;
- 17- Têm diretores que não assumem compromisso com a comunidade;
- 18- Têm muito índio recebendo salário e não beneficia a comunidade;
- 19- Caciques indicam pessoas para as organizações que não entendem o seu papel;
- 20- Falta acompanhamento técnico na execução dos projetos;
- 21- AIS não valorizados pela comunidade;
- 22- AISA não são reconhecidos profissionalmente pelo Governo;
- 23- Existem associações inadimplentes;
- 24- Desmobilização do movimento indígenas com a criação de muitos conselhos diferentes pelo Governo;
- 25- Falta assessoria para execução de projetos;
- 26- Legislação dos brancos nem sempre combina com hábitos da cultura indígena;
- 27- Falta de autonomia financeira para articulação das organizações e comunidades;
- 28- Falta de apoio para a FUNAI para a mobilização;
- 29- Governo não respeita autonomia indígena;
- 30- Falta metodologia para organizar o funcionamento das organizações;
- 31- Muitas associações não tem sede ou infraestrutura para trabalhar;
- 32- Índios que atuam em órgãos públicos perdem autonomia;
- 33- Formato legal das organizações não combina com formato tradicional;
- 34- É difícil manter a infraestrutura das sedes das associações indígenas nas cidades;
- 35- Falta estratégia e conhecimento para acessar recursos ligados a política partidária;
- 36- Lideranças políticas estão desatualizadas para atuar e decidir sobre problemas mais atuais;
- 37- Financiadores priorizam floresta amazônica e não o cerrado e outros biomas;
- 38- Associações indígenas não conseguem se enquadrar nas regras de prestação de contas de alguns financiadores;
- 39- Organizações locais e regionais estão desarticuladas com a representação nacional do movimento indígena;
- 40- A representação nacional do movimento indígena não se esforça em se articular com as locais e regionais.

Trabalho em grupo: foram criados cinco grupos, compostos por diferentes associações o analisaram os problemas e apontaram sobre quem recairia a responsabilidade de resolvê-los. Ver anexo 4.

Objetivo: Detectar a atribuição de responsabilidades para a resolução de problemas, e o alcance e papel político do trabalho da associação.

Dos 40 problemas listados, 36 foram discutidos nos grupos (ver ainda o item Avaliação, abaixo).



Destaques das apresentações dos grupos

- a) A unanimidade sobre a falta de **capacitação** técnica dos diretores das associações;
- b) A cooptação do movimento indígena pelo Estado brasileiro, por intermédio da criação de excessivos fóruns consultivos (conselhos regionais, distritais, interinstitucionais etc.) ou pelo grande número de índios funcionários públicos, que não trocam seus cargos e salários por autonomia na defesa de interesses e direitos.
- c) Modelo de projeto imposto, quer pelas agencias governamentais como por demais apoiadores, é restritivo, as rubricas são amarradas e não dá autonomia para os índios agirem de acordo com seus interesses.
- d) O problema 32 (*Índios que atuam em órgãos públicos perdem autonomia*) aponta a perda de autonomia, mas não foi associado com a questão da dependência financeira (salários), tratada no problema 18 (*Têm muito índio recebendo salário e não beneficia a comunidade*). Este, por sua vez, é canalizado como malefício para a comunidade e não para a associação, embora apontem *Falta de autonomia financeira para articulação das organizações e comunidades*, no problema 27. O grupo apresenta como solução a elaboração de projetos com parceiros ou, genericamente, por meio de “geração de renda pela associação”.
- e) O problema 33 (*Formato legal das organizações não combina com formato tradicional*) foi analisado sob a rubrica da “diferença” e da “autonomia”, e a plenária acatou, sendo a questão trazida em outras ocasiões do encontro. O argumento é que se existe saúde e educação diferenciada, deveria existir formato

legal para as organizações indígenas diferenciado, como por exemplo sem tesoureiro e diretores, mas um conselho gestor e com empoderamento de conselheiros etc. Os editais para o desenvolvimento de projetos, segundo o grupo, estão voltados para o fortalecimento das associações só no discurso, pois as exigências burocráticas são tantas que enfraquecem o movimento. Apontam como alternativa a criação de carteiras indígenas que coloquem os recursos financeiros diretamente para as comunidades, sem intermediários.

Síntese na plenária

1. Quando as associações surgem para resolver um problema gerencial, que depende de um plano de trabalho com orçamento, prazo e metas, fica mais fácil de entender seu papel. A luta pela demarcação de terras indígenas é um bom exemplo. Quando se trata da defesa de direitos, o que é um trabalho de natureza mais política, a diretoria da associação pode perder parâmetros de como se comportar, porque que ela passa a ter que ouvir as bases e se articular com o movimento nacional, não se trata apenas de mandar executar um projeto com prazo e produtos.

2. Fazer política é estabelecer estratégias para lidar com estruturas de poder, não se trata apenas de dominar técnicas de gestão. Os não índios mudam as regras conforme seus interesses. O melhor exemplo é a longa luta pela qualidade da educação indígena, que o movimento indígena e indigenista vem acompanhando e apresentando propostas desde antes da Constituição de 1988, sem ainda recolher resultados minimamente satisfatórios do ponto de vista da aplicação dos direitos conquistados.



40 problemas aglutinados em oito:

1. Desconhecimento sobre o papel das Associações (comunidades cobram benefícios materiais, bens) e falta de foco para sua atuação;
2. Dificuldade para garantir a autonomia financeira das associações – é necessário apoio administrativo e permanente para que a associação seja fortalecida;
3. Falta de conhecimento técnico sobre gestão;
4. Imposição de um modelo de diálogo baseado na lógica de projetos;
5. Falta compromisso e preparo de alguns diretores de associação para lidar com seu papel e missão;
6. Imposição de um modelo de estrutura legal e administrativa para as Associações;
7. Organizações locais e regionais estão desarticuladas com a representação nacional, que não se esforça em se articular com as locais e regionais.
8. Direitos Básicos Precários: Terra, Saúde e Educação.

Do total de 36 problemas discutidos no grupos, foi contabilizado que:

- 22 poderiam ser resolvidos sem a necessidade de haver projetos com financiamento, e dependeriam, sobretudo, de articulações internas, entre comunidades, ressalvado haver os recursos para esta articulação;
- 11 problemas dependem de recursos e, portanto, da elaboração de projetos para serem feitos; e
- 5 problemas dependem das duas situações – organização e acordos internos com ajuda financeira, sobretudo associada a transporte.

No final da tarde a palavra é cedida a **Francisco Piyãko**, convidado pela RCA para participar do Encontro. Ele é da etnia Ashaninka e há dois meses ocupa o cargo de assessor técnico da presidência da Funai, em Brasília. Um resumo com os destaques da fala de Francisco é apresentado no Anexo 3.



Dia 22 de agosto

Dos oito pontos que sintetizaram os 40 problemas listados, o último foi desconsiderado para o trabalho da manhã, por ter sido muito discutidos nos seminários sobre gestão territorial também no contexto das atividades da RCA nos anos anteriores.

Reunidos em grupos por associação, a tarefa era selecionar apenas dois pontos considerados estratégicos para fortalecer o trabalho da associação perante as comunidades que representam, explicando o porquê da escolha. A ideia era fazer os participantes atuarem como lideranças políticas que precisam solucionar esses problemas analisando se: a) a decisão é tomada da perspectiva das comunidades, tal como destacado no dia anterior; b) se há uma estratégia que negocia politicamente as saídas para os impasses; c) se há dependência ou não de assessoria externa.

As ongs indigenistas fizeram a mesma coisa, trazendo para a discussão na plenária a forma como trabalham as parcerias levando em consideração o que tem sido chamado de “protagonismo indígena”. Da mesma forma, a representante da RFN fez considerações do ponto de vista de uma instituição financiadora e apresentou na plenária o porquê dessa seleção.

A tabela apresentada a seguir mostra a escolha de cada associação / região.

A questão “*Desconhecimento sobre o papel das Associações (comunidades cobram benefícios materiais, bens) e falta de foco para sua atuação*”, foi a mais apontada.

Em segundo lugar, a questão da *sustentabilidade financeira* ficou em destaque.

Em terceiro, a *falta de compromisso e preparo de alguns diretores de associação para lidar com seu papel e missão* foi mais apontada que a falta de capacitação, embora estejam associadas.

Em seguida, foi a *imposição de um modelo de diálogo das instituições financiadoras, baseado na lógica de projetos*, o que mereceu a reflexão dos grupos, ganhando mais destaque do que o problema da imposição de um modelo de estrutura legal e administrativa para as associações que restringe modos e formas com as quais as lideranças indígenas atuam em suas comunidades.

A *desarticulação entre as organizações locais e regionais com a representação nacional* não ficaram atrás da questão anterior.



		Opiac ¹	Foirn ²	Vyty ³	Javari ⁴	Apitikatxi ⁵ / Apitiwa Apina	ATIX ⁶	HAY ⁷	Guarani ⁸	RFN	Indigenistas ⁹
1	Desconhecimento sobre o papel das Associações (comunidades cobram benefícios materiais, bens) e falta de foco para sua atuação.		X		X	X		X	X	X	
2	Dificuldade para garantir a autonomia financeira das associações – é necessário apoio administrativo e permanente para instituição fortalecida.			X			X	X		X	X
		Opiac ¹⁰	Foirn ¹¹	Vyty ¹²	Javari ¹³	Apitikatxi ¹⁴ / Apitiwa Apina	ATIX ¹⁵	HAY ¹⁶	Guarani ¹⁷	RFN	Indigenistas ¹⁸
3	Falta de conhecimento técnico sobre gestão.						X			X	
4	Imposição de um modelo de diálogo baseado na lógica de projetos.	X								X	X

¹ 1 representante (OPIAC)

² 2 representantes (FOIRN)

³ 14 representantes (Wyty e as de base: Pepxà, Gavião, Mākrraré,Kàpej, Porquinhos, Kanela)

⁴ 6 representantes (AIMASS, OGM, AIMA, ASDEC, OAMI,...)

⁵ 4 representantes (APINA, APitiwa, APIkatxi)

⁶ 2 representantes (ATIX)

⁷ 2 representantes (Hutukara)

⁸ 1 representante (Comissão YRY RUPA)

⁹ 13 representantes: (CTI/ IEPE/ISA/ CPI-AC)

¹⁰ 1 representante (OPIAC)

¹¹ 2 representantes (FOIRN)

¹² 14 representantes (Wyty e as de base: Pepxà, Gavião, Mākrraré,Kàpej, Porquinhos, Kanela)

¹³ 6 representantes (AIMASS, OGM, AIMA, ASDEC, OAMI,...)

¹⁴ 4 representantes (APINA, APitiwa, APIkatxi)

¹⁵ 2 representantes (ATIX)

¹⁶ 2 representantes (Hutukara)

¹⁷ 1 representante (Comissão YRY RUPA)

¹⁸ 13 representantes: (CTI/ IEPE/ISA/ CPI-AC)

5	Falta compromisso e preparo de alguns diretores de associação para lidar com seu papel e missão.	X		X		X				X	
6	Imposição de um modelo de estrutura legal e administrativa para as Associações.									X	X
7	Organizações locais e regionais estão desarticuladas com a representação nacional, que não se esforça em se articular com as locais e regionais.		X		X				X	X	



Destaques das colocações

Sobre o desconhecimento do papel das Associações

✓ A associação é diferente da maneira pela qual os índios se organizam nas aldeias, mas é importante para articular as necessidades da comunidade com o mundo de fora.

✓ As associações podem refletir as estruturas das próprias comunidades e seu trabalho deve refletir as demandas advindas dos processos decisórios da comunidade.

✓ Lideranças das aldeias, mais velhas, podem ser convidadas pela diretoria da associação para acompanharem algumas atividades chave, tais como participar em reuniões nas cidades ou em intercâmbios como os da RCA, observar o dia-a-dia da associação para passar e/ou receber os ensinamentos para os responsáveis pela associação, e ajudarem a explicar reciprocamente, na comunidade, o trabalho da associação.

✓ Uma associação é um instrumento de ação política da comunidade para assuntos externos. A diretoria usa a associação como ferramenta de trabalho, que é: a) atender necessidades do povo indígena, b) fazer controle social em nome do povo que representa; c) fazer o governo entender, atender e fazer cumprir a lei brasileira, segundo as necessidades dos índios.

✓ Ter uma associação é uma forma de ter uma representação jurídica. A associação precisa ter suas formas legais para atuar. É como ter um carro - sem habilitação não se pode dirigir. A partir daí é que vem o foco e o planejamento de como ela vai atuar.

✓ Velhos, mulheres, parceiros, todos devem ser convocados a participar das reuniões, pois só assim ficam sabendo o que é o trabalho de uma associação e de sua diretoria. Reuniões servem para discutir dúvidas. Precisa existir uma forma de comunicação, que ainda não foi estabelecida, porque as linguagens são diferentes; Os parceiros servem para apoiar, ajudar a explicar.

✓ A comunidade precisa escolher representantes nas aldeia para levar a informações para a associação, fazendo a ligação das bases com ela. Essa pessoa também poderá difundir o papel da associação.

✓ Não devem ser criadas mais associações com base em representação de classe, de categoria social, mas devem-se fortalecer as que já existem.

✓ Para os financiadores o papel das associações é fundamental, pois são para elas e não para indivíduos que os recursos podem ser repassados. A diretriz da RFN é de priorizar cada vez mais o repasse do dinheiro diretamente para uma organização indígena.



✓ Uma parte do papel da associação é discutir a real demanda da comunidade, independente de haver ou não financiamento. Não é pensar somente em projetos, mas pensar no quê e para que se quer conseguir o projeto.



Sobre a sustentabilidade financeira e autonomia política

✓ Muitas vezes usamos “o projeto” como uma palavra mágica, “vamos criar uma associação para fazer projeto e ganhar dinheiro”. Isso é uma ilusão, pois sempre vamos depender de recursos externos.

✓ O desenvolvimento em que acreditamos não combina com modelos que muitas partes do mundo julgam ser importantes. Temos que mostrar que a floresta rende dinheiro se ficar em pé, pelo patrimônio que ela contém (mel, sementes, madeira), ecoturismo, créditos de Carbono, ICMS ecológico, além da prestação dos serviços ambientais. Tudo isso pode ser colocado em benefício da sustentabilidade do trabalho das associações.

✓ Para muitos as Terras Indígenas são consideradas um atraso para o desenvolvimento e muitas vezes as associações não discutem e não se colocam sobre essa questão, para a qual teria condições de contribuir. O mundo inteiro está discutindo o valor e a importância da floresta em pé e nós, povos indígenas, sabemos a importância dos rios, plantas, animais.

✓ Dinheiro de cooperação pode atender parte das necessidades de uma comunidade, mas não todas. O estado cria a Terra Indígena e depois uma empresa se apropria do seu patrimônio natural. Se a comunidade não parar para fazer um projeto para um trabalho de gestão, tem que pensar nas consequências.

✓ É importante pensarmos de forma coletiva. Como uma pessoa que vende picolé na rua consegue sustentar toda uma família? Se a gente pesquisar, tem muitas iniciativas como a FrutaSã. Será que não é o caso de potencializar isso? Outros trabalhos também, como artesanato. Essas são realidade que ocorrem em algumas áreas e que se fossemos pensar no potencial delas, extrair delas de uma maneira que não afeta, podemos sim crescer. “Quando o kupë (não índio) vai vender uma coisa ele se reúne e define um preço para as coisas e nós não fazemos isso”.

✓ Será que adotar o modelo empresarial é que é o caminho? Parece ser uma verdade sem discussão essa de que cada vez mais o movimento indígena, para se fortalecer, tem que se aproximar do sistema empresarial. Política indígena poderia ser

mais política e menos executora de ações de projetos que faz índios pensarem como empresários. O governo dispersa o foco do movimento indígena, mas essa força que quer transformar índio em empresário também dispersa. ... Autonomia tem a ver com poder de decisão. Para ocorrer, tem que controlar a ideia, tem que compreender para discernir. Mas ninguém faz nada sozinho, “autonomamente”.

✓ É preciso ter claro que uma associação é uma entidade da sociedade civil, igual a qualquer outra, de sem-terra, de quilombo, com estatuto e tudo. Hoje não existe uma solução pronta para a questão da sustentabilidade, e não dá para saber se haverá mais para frente. Sempre iremos precisar de apoio para nos fortalecer, e é uma ilusão achar que não iremos precisar mais de apoio.

✓ Quem andar em São Gabriel da Cachoeira só vai ver cara de índio: nas lojas, os militares, os professores. Em S. Gabriel existe índios estudados, formados, padres e freiras, mas sem vantagens. Tem até prefeito indígena. Quem dá dinheiro para o comércio da cidade são os índios que compram munição, panela... e estão gerando fonte de lucro para os brancos que chegam lá. Queremos viver de igual para igual. Já fizemos um levantamento e muitos empresários que não tem ensino fundamental completo hoje estão ricos e chegaram lá com uma mudinha de roupa. É bom falar isso para irmos nos acertando. O mundo é de competição e de lutas.

✓ Os índios têm muito poucos aliados no Brasil e não se atira pedras em aliados.





Falta de conhecimento técnico sobre gestão e falta de compromisso e preparo de alguns diretores de associação para lidar com seu papel e missão.

- ✓ Existem muitos brancos que também não têm capacidade para fazer prestação de contas. Há profissionais para fazer esse trabalho. Nem por isso significa que a instituição vai perder a autonomia.
- ✓ Para melhorar a capacidade de administrar:
 - Ter parceiros não índios para ajudar;
 - Receber uma educação (escolar) forte para preparar jovens indígenas
 - Enfrentar a rotatividade de quadros com mecanismos de repasse de informação: manuais de procedimentos, fazer uma transição presencial por um período mínimo de convivência entre as gestões, documentação organizada e arquivada etc.
- ✓ A sociedade civil organizada é uma coisa que dá certo e é preciso fortalecer este modelo. Quando uma associação ainda não tem condições de trabalhar por conta própria pode fazer parte de contratos tripartites.

Imposição de um modelo de diálogo baseado na lógica de projetos e de um modelo de estrutura legal e administrativa para as Associações.

- ✓ Do ponto de vista da Rainforest da Noruega:
 - Os projetos são instrumentos do modelo de associação, portanto, é o mesmo tipo de “imposição. A questão real é saber se há outro modelo.
 - As comunidades precisam se organizar em associações , seja para ter uma conta bancária, seja para ser uma instância política. Para o financiador não importa o conteúdo do estatuto, a composição da diretoria etc. Isso quem determina são as normas do governo brasileiro.
 - A RFN está aberta para trabalhar de outra forma, e gostaria de receber sugestões. Por enquanto esse modelo parece ser o mais seguro para todos.
- ✓ Se não for possível mudar o Código Civil deve-se garantir não mudar a forma de trabalhar e a consciência.

Organizações locais e regionais estão desarticuladas com a representação nacional, que não se esforça em se articular com as locais e regionais.

✓ O movimento indígena está desarticulado por uma questão de governo. Temos que retomar nossa agenda. O governo usa sua máquina e seus recursos para desmontar o movimento indígena. Muitas vezes achamos que colocando os índios nas esferas políticas iríamos conseguir as coisas, mas não foi isso o que aconteceu porque as regras são dadas pela política oficial, e somos minorias. A CNPI hoje tem uma agenda de governo e nossas lideranças nomeadas para ir lá e discutir nossos problemas não vão mais, pois percebem que o problema começa na pauta, dada pelo presidente da Funai que preside a comissão.

✓ Quando quiseram criar o controle social, num primeiro momento o movimento indígena achou bom, e participou de muitos conselhos. Só a política de educação tem mais de cinco instâncias de participação, vai do FNDE até o município. Mas isso fez com que não sobrasse mais tempo de discussão entre nós, com uma agenda própria. Seguimos a agenda do governo.

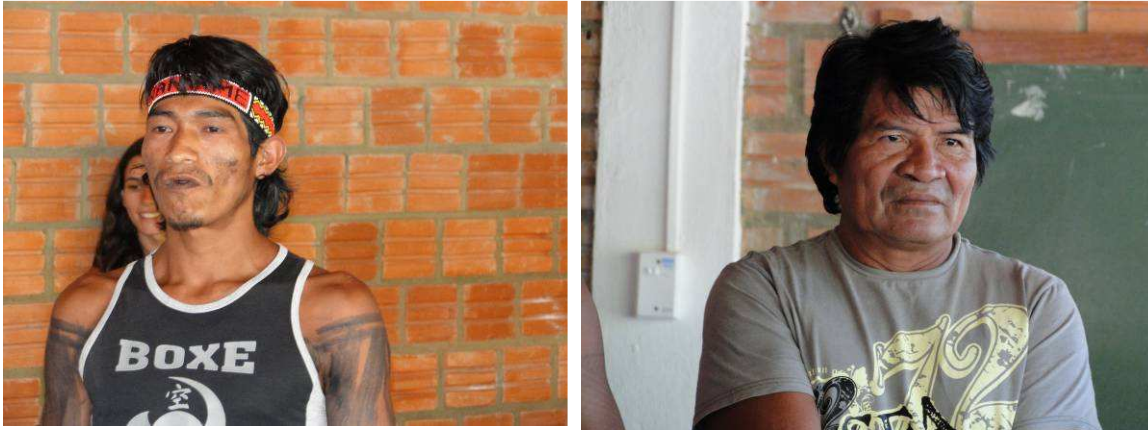
✓ A articulação a nível nacional se fortaleceu quando teve foco para defender, como durante a Constituição de 88, quando todo mundo ia forte para BSB para sair no embate e discutir temas importantes. A convergência com relação à demarcação das terras foi grande. O desmonte do movimento indígena por falta de foco em uma agenda é fato. É necessário considerar até que ponto ela está sendo obrigatoriamente encoberta. Por exemplo, não se pode mais falar de “educação indígena”, mas sim de “gestão territorial”. Discutir REDD, por exemplo, em seminário sobre conhecimentos tradicionais vem para encobrir demandas.

✓ Temos que nos mexer para fazer acontecer. A nossa palavra é um instrumento fortíssimo para fazer essa articulação. Se nos mantivermos calados, ficaremos desarticulados.

✓ As organizações nacionais têm que discutir os problemas mais gerais que dizem respeito aos povos indígenas. As bases discutem os detalhes.

✓ Para os Guarani, todos os empreendimentos que acontecem externamente atingem diretamente as aldeias. Os caciques e os mais velhos se organizam para enfrentar esses problemas. Até hoje se nós não estivéssemos juntos para lutar com eles lá na aldeia, mesmo as que estão na beira de estrada, fora de nossas terras, muitas coisas não aconteceriam.





Sistematização final das discussões

a) Os depoimentos dos Guarani foram relevantes para a percepção de que não é necessário haver associação com CNPJ para fazer valer interesses estratégicos para as populações indígenas. Política indígena pode ocorrer e ser eficiente mesmo que desvinculada da estrutura de uma associação.

a) Política indígena se dá em dois níveis: 1) nas relações que as comunidades mantêm entre si, com ou sem a participação e/ou mediação das associações indígenas; 2) nas relações que os povos indígenas mantêm com a sociedade não indígena, visando estabelecer e defender (i) direitos de serem e permanecerem diferentes (organização social, línguas, sistemas de socialização e educação etc.) e (ii) direitos igualitários no que diz respeito à terra, a serviços públicos de educação escolar, saúde e cidadania.

b) Para ser eficaz, a política indígena precisa:

I. Ter a Terra Indígena como foco: estar reconhecida, desintrusada, regularizada, manejada e protegida.

II. Ter porta-vozes em associações indígenas com lideranças capacitadas e comprometidas com as comunidades.

III. Ter lideranças aptas para dialogar, monitorar e pressionar as políticas públicas

IV. Ter aliados estratégicos na sociedade em geral (ONGs, jornalistas, artistas, financiadores etc.).

V. Ter uma associação representativa que possa fazer valer os interesses da comunidade, com recursos humanos e financeiros suficientes para manter uma sede com infraestrutura e equipe mínima de gestão.

VI. Ter as comunidades que a associação representa subsidiando, apoiando e orientando as lideranças.

VII. Estar integrada com temas estratégicos tais como aquecimento global, serviços ambientais, novas mídias de comunicação, REDD, mecanismos de consulta prévia etc.

c) A compreensão do papel de uma associação indígena pela comunidade e pelos diretores eleitos é um caminho de mão dupla. Os diretores saberão o que fazer se estiverem atentos às demandas da comunidade, expondo e discutindo com ela os

meios disponíveis para atender essas demandas, envolvendo e comprometendo seus moradores com a busca das soluções. A partir daí, as lideranças das aldeias terão meios de fazer o “controle social” do trabalho da associação quando acompanharem determinadas etapas do trabalho da diretoria que dependem de atores externos, sobretudo o Estado brasileiro e ongs parceiras com quem as associações executam projetos relacionados com as questões afetas às comunidades.

d) A capacitação dos quadros de uma associação indígena não depende exclusivamente de apoio externo (financeiro e técnico) quando se trata da diretoria estar em sintonia com as demandas das comunidades de base. Depende de assessoria externa e de recursos para habilitar seus quadros ao uso das ferramentas da gestão financeira e administrativa: comunicação escrita, noções de informática e atenção ao organizar, conservar e dar sentido aos registros documentais, dar orientações sobre aspectos legais.

Considerações

a) Sobre a falta de qualificação técnica das diretorias das associações, pode-se inferir das falas que as consequências não recaem somente em seu desempenho como gestores de projetos, mas em sua atuação como comunicadores ou “articuladores”, o que repercute de maneira negativa ou insatisfatória na sua relação com os pares (lideranças das aldeias e do restante do movimento indígena) e perante as autoridades do Estado, que desqualificam sua autoridade.

b) A questão dos índios assalariados pelo governo foi tocada, mas sem um posicionamento incisivo sobre a necessidade de fazê-los contribuir com suas remunerações para algum mecanismo de sustentabilidade da associação. Poderia-se inferir que a tentativa de criação de fundos com recursos dos assalariados e aposentados, além da contribuição dos vendedores de artesanato, foi experimentada em algumas associações sem muito sucesso.

e) Não foram apresentados exemplos de “mecanismos próprios dos povos indígenas” para superação do modelo do “projetismo”, identificado como restritivo para a captação de recursos.



Resumo da visita à aldeia do Escalvado, dos Canela Ramkokamekra, dos dias 23 a 25:



A chegada aconteceu a noite e as famílias Canela já estavam preparadas para receberem em suas casas as delegações, onde ficariam hospedados durante a permanência na aldeia.

Logo cedo a reunião no Pátio da aldeia com a apresentação de todos. O sol estava muito forte e a reunião acabou mais cedo porque os visitantes, não acostumados com o sol, já estavam inquietos.

Logo após o desjejum, uma outra reunião embaixo das mangueiras da casa da Wyty. Nesta reunião os Canela pediram que explicassem o que era a RCA. A Wyty Cati fez a apresentação no que foi complementado por alguns representantes indígenas cujas organizações integram a RCA. Na sequência, aconteceu uma reunião, aberta, com o assessor da presidência da FUNAI, Francisco Pianko. Os Canela colocaram seus problemas e dificuldades. Muitos dos participantes do Intercâmbio assistiram a reunião enquanto outros circulavam pelas casas da aldeia, trocando informações.

No começo da tarde os Canela correram com tora. Alguns dos visitantes participaram da corrida. Depois uma reunião do conselho de velhos no pátio, aberta, e que contou com a presença de alguns da RCA.

A noite o cantador com o maracá animou o pátio. Na sequência, começando pelo Demétrio Tiriyo, todos os povos presentes quiseram apresentar seus cantos e danças, numa clara demonstração de que “também tinham a sua cultura”. Na verdade aconteceu uma confraternização e um intercâmbio cultural, onde os Guarani dançavam as danças Marubo, ou os Yekuana acompanhavam os Waiapi. No final todos dançavam tudo.

De madrugada o cantador saiu pela aldeia cantando chamando o povo para o pátio. Cansados somente alguns poucos aparecerem, quando então ficaram apenas conversando ao lado da fogueira esperando a hora de voltar para o Centro Pënxyj Hëmpejxà.



Apesar do tempo de deslocamento ter sido maior que o previsto¹⁹, tornando a viagem longa, todos acharam que a viagem valeu a pena. Muitos aproveitaram para conhecer uma realidade brasileira bem diferente de sua região. Viram as aldeias Guajajara que estão situadas na margem da estrada, que atravessa suas terras.

Comentários



Para os participantes do Intercâmbio ficou a compreensão de que o povo e as lideranças Canela são muito fortes e muito resistentes, mesmo depois de 200 anos de contato com os brancos. Há grandes cantadores, talento muito valorizado entre os Timbira; todos falam a língua sem nenhuma mistura com o português e conseguem manter sólida a organização social mesmo com a aldeia com mais de 1.200 moradores, obrigados a abrir suas roças muito distantes. Os traços comuns aos povos Timbira, como a corrida de toras, a língua, as festas e o cantar no pátio, estão ali bem representados.

O intercâmbio Timbira como todos os intercâmbios da RCA previa a visita a uma aldeia. No caso específico a ida a aldeia Canela de Escalvado levou os participantes a compreender as ameaças que os Timbira, povos do Cerrado, estão enfrentando com a chegada dos empreendimentos econômicos na região, como as plantações de eucalipto, a soja, e as barragens para geração de energia.

Para os integrantes da RCA, majoritariamente moradores de florestas densas, e grande parte deles com pouco tempo de contato com a sociedade nacional, o fato de conhecerem a realidade do Cerrado e de povos com muito tempo de contato com suas dificuldades, ampliou os seus horizontes sobre a problemática indígena brasileira.

Foi possível, também, a compreensão de que a ameaça ao Cerrado é uma ameaça também às Florestas Tropicais. E mais, que a questão da formulação de políticas indígenas e indigenistas não deve ser tomada setorialmente. Para se pensar a Amazônia Indígena devemos ter obrigatoriamente a compreensão do Brasil Indígena, por isso também o convite para a participação da Comissão Guarani Yvy Rupa. A proposta foi que as associações indígenas amazônicas e do Parque do Xingu percebessem o lugar que ocupam no imaginário nacional e internacional e o que esta política oficial acarreta para os demais povos indígenas do Brasil.

Este objetivo ficou muito claro na fala do Renato Tukano da FOIRN: “Esse ponto aqui me deixou muito sensibilizado pelos parentes do Cerrado. Eu vi uma aceitação do compromisso dos parentes (que estão aqui) em levar os problemas que eles (povos do

¹⁹ Houve um atraso durante a viagem devido a uma permanência maior na fábrica da Fruta Sã quando da saída, a parada para o almoço não prevista (mas que se mostrou necessária) e a opção do CTI e Wyty Catê por um trajeto um pouco mais longo mas que significava uma permanência menor no caminhão aberto.

Cerrado) têm aqui sempre que falarem dos povos indígenas. Eu falei lá e repeti aqui, ontem à noite. Onde eu estiver eu vou falar do que se viu aqui. Para mim não importa no momento trazer mais organizações para a RCA, mas de trazer o problema das associações que estão aqui para frente”.



25/08/11 - 20:30 – Encerramento

À noite, no mesmo dia do retorno da aldeia, todos se reuniram no pátio do Centro Timbira Pënxwyj Hëmpejxà e fizeram uma avaliação da visita a aldeia. Cada um se levantava e falava no meio do pátio. A mediadora sugeriu duas questões para orientar as falas:

- 1- Que conselho cada visitante daria para os Canelas; e

2- Que recado ou mensagem cada visitante daria para sua aldeia e sua associação assim que chegasse do intercâmbio.

Abaixo alguns trechos dos discursos:

- “Foi bom conhecer a associações e seus representantes. Sabemos que não é fácil conhecer o trabalho de todos, mas acho que chegamos ao nosso objetivo. Sabemos que são várias etnias, mas foi legal conhecer os Canela que é bem diferente enquanto organização do meu povo, são bem unidos. Os parentes que nos visitamos nos deram um exemplo. Tem muito tempo de contato e não deixaram a cultura. No meu povo já tem gente que já tem moradia dos brancos e eles não, conseguiram manter firme. Eles que me deram conselho, foi uma aula para mim o que vocês fizeram. Agradeço ao CTI, parceiro nosso. Quero muito voltar de novo e chamar os Kulina lá do Vale do Javari que não têm espaço e falam que não querem mais manter a cultura deles, e isso é muito triste. Se me derem a oportunidade de vir eu abro mão eu dou para os parentes Kulina. Vou chegar na minha aldeia e vou levar tudo isso que aprendi aqui, valorizar nossa cultura e não ter vergonha de ser índio”. (Pikuruk Kaiabi)

- É a primeira vez aqui e gostei muito, vi vários temas que nunca tinha ouvido. Estou começando agora a me desenvolver e isso é muito importante para minha formação. (Kutanan Waiana)

- Minha preocupação com eles é que eles tem que aprender a viver com aquela terra pois eles não tem dinheiro, aprender a viver dentro da área demarcada. Índio vai multiplicar e isso como vai fazer? Os parceiros que trabalham com eles tem que ajudar a viver bem naquela terra, com os recursos que tem lá. (Demétrio Tiriyo)

- Na nossa aldeia a gente tem contato com a sociedade não indígena, apesar de só 30 anos de contato não estamos mais mantendo a cultura e eles com 200 anos de contato ainda mantém sua cultura. Eu queria ter passado mais tempo lá para ter aprendido mais. (Nilo Marubo)

- Este tema política indígena trouxe de certa forma muita coisa nova para mim. Eu vou levar ao meu estado do RS um aprendizado muito grande principalmente do povo Canela que me impressionou bastante o modo de vida deles, a resistência deles. (Maurício Guarani)

- Aprendi muito, valeu mais que 3 ou 4 oficinas. Saber como cada organização funciona foi muito importante. (Bushe Matis)

- O que me impressionou na aldeia que mesmo com luz, tv, etc. eles mantém forte a cultura deles. (Renato / ISA)

- Temos que estar mobilizados para conseguir nossos direitos. Foi muito bom este encontro que durante estes dias cada um colocou seus problemas, seus desafios. É uma história que levarei para meu povo. Nossos parentes Canela que nos receberam muito bem. Voltaremos para nossas casas felizes. (Daniel Apinajé)

- Quero agradecer aos parentes que chegaram aqui de outros cantos do país. Hoje nós estamos fazendo política indígena. (Pempxa)

- Percebi que o grupo que está fazendo intercâmbio cada um teve o seu ponto de enxergar. A respeito da organização das aldeias, cada índio tem a sua

vivência, o ponto de atenção a sua comunidade. Eu achei o mais importante a união.
(Getúlio)

- Esta grande aliança do movimento indígena de estar discutindo política indígena. A nossa luta é uma luta constante e temos que olhar para o horizonte e estamos vivos há mais de 500 anos não é à toa. Outros já lutaram para nós e agora somos nós como responsáveis para lutar pelos nossos parentes que virão. (Timóteo Guarani)

- A ida aldeia foi importantíssima, vi a cultura viva mesmo, pois os brancos falam que não somos mais índios e nos guarani também conseguimos manter esta cultura. (Timóteo Guarani)

- O que me chamou atenção foi o tema política indígena, tudo isso que vocês nos passaram e que já estão na luta faz tempo e consegui entender a forma, e eu que estou me formando ainda. Para nós, Yanomami, política indígena era somente ser vereador, prefeito e vi que não é isso, deu para adquirir bastante conhecimento. (Maurício Yekuana)

- Eu acho que esta viagem tem me ensinado bastante, principalmente a ida à aldeia dos parentes, a maneira como eles se organizam e estarem resistindo às pressões de fora. Na minha região nós perdemos muito das nossas tradições e nesta viagem pude perceber que dá para ser unido e manter a cultura. Vou levar para minha organização a importância de se manter nossas tradições e outro ponto que irei levar é de fortalecer o nosso discurso de lutar não só pelo nosso povo e sim lutar pelo coletivo. (Luís Baré)

- Lá na minha região vou chegar e contar da resistência destes povos Timbira que mantêm firme seus costumes e isso para mim foi a semente de uma admiração forte que tive ao chegar lá. Percebo na minha região uma fraqueza de não segurar nossas tradições, nossas falas. (Renato Tukano)

Principais pontos levantados pela avaliação oral e escrita em relação à visita a aldeia :

- ✓ A excelente hospitalidade;
- ✓ A capacidade da aldeia se organizar e se manter unida, a importância e força dos mais velhos.
- ✓ A dificuldade pelas roças serem distantes e em ambiente tão árido e com tão pouca água;
- ✓ A força e a resistência para viver sob sol tão forte;
- ✓ A falta de ensino médio na aldeia;
- ✓ Muita quantidade de lixo plástico decorrente das embalagens de produtos industrializados;
- ✓ Cultura forte e mantida mesmo após mais de 200 anos de contato com a sociedade nacional.



Avaliação do encontro

Das avaliações escritas

Do total de 50 folhas distribuídas com os itens elencados abaixo, foram devolvidas 33 preenchidas, sendo uma delas feita por três pessoas (avaliação conjunta e assinada). As manifestações mais expressivas são transcritas a seguir.

EU SUGIRO QUE...

A RCA continue promovendo intercâmbios para fortalecer a luta dos povos indígenas. (14 menções).

Da próxima vez tenha mais tempo para ficar na aldeia. (três menções)

Que o próximo encontro seja só na aldeia, para dar mais interação e facilitar a troca de experiências.

Que tenha mais discussão sobre política indígena.
Seja dado mais tempo para as discussões.
A RCA continue promovendo intercâmbios para os índios não dependerem da Funai para se conhecer.
Convidem lideranças que participaram da Constituinte.
Sejam convidados outros povos, mesmo que não sejam da RCA.
No próximo encontro se discuta uso e fiscalização de terra indígena.
Tenha participação de mulheres de várias regiões.
Mais organização, mais repasse das atividades pela coordenação, depois de mudar por causa de imprevistos.
Promover atividades lúdicas, em ritmo mais lento, para se adaptar melhor ao modo de vida indígena.



EU NÃO GOSTEI QUE...

Teve pouco tempo para discussão de muitos assuntos. (cinco menções)

Não foi dado tempo para a apresentação de cada associação da RCA.

Se perdeu muito tempo discutindo a mesma coisa.

A aldeia Canela é muito longe, comprometendo o tempo de conversas e troca de experiências.

Foi pouco tempo na aldeia.

A moderação não controlou o horário e faltou tempo para discutir o assunto.

A coordenação improvisou demais na logística, o que desarticulou a harmonia do evento.

A distribuição da merenda no ônibus não foi igual para todo mundo.

Que teve separação da equipe, atraso para iniciar as atividades e desorganização da visita na aldeia, onde ninguém sabia o que ia acontecer.

Ficamos muito presos nas apresentações individuais.

A viagem para os Canela me pegou de surpresa: muito longe, muito lixo e muito calor

Alguns participantes não conhecem a língua e não conseguem conversar para trocar experiências.

Que nem todo mundo ganhou ajuda de custo, mas isso é bom pra gente aprender a parar de pedir.

Muitos índios não têm TI demarcada. (duas menções)

Que o financiador não se interessa por outro bioma que não seja a floresta amazônica.

O motorista da Funai (índio) quase provocou um acidente sério na estrada da aldeia.

A ORGANIZAÇÃO FOI...

Excelente ou muito boa ou ótima (18)

Boa (14)

Mais ou menos (0)

Ruim ou fraca ou insuficiente (1)

A MODERAÇÃO FOI...

Excelente ou muito boa ou muito legal (17)

Boa (15)

Mais ou menos (0)

Ruim ou fraca (1)

PODIA TER MAIS...

Tempo para discutir (10 menções)

Tempo na aldeia (13 menções)

Momentos de troca (2 menções)

Temas diferentes de discussão (2 menções)

Orientação para trazer sementes, artesanato, mostra de vídeos, programação cultural

Aprofundamento dos debates

Organização e orientação, programação orientada

Pessoas de outras etnias
Elaboração de textos escritos sobre o que cada um pensa
Mais encontros

PODIA TER MENOS...

Cobranças de tempo
Viagem para aldeia, que devia ter sido cancelada pela distância
Menos tempo do Centro de Formação e mais na aldeia
Menos calor do sol para andar na aldeia (3 menções)
Comida de cidade e mais comida comprada na aldeia
Atrasos
Apresentação de cada delegação e cumprimento dos minutos para não tomar o tempo do outro
Fala longa e repetida
Fumo na sala de discussão
Tempo para perguntar
Menos coisas para discutir para dar mais tempo de pensar.
Distância da comunidade para visitar
Apresentação de uma organização tomando o tempo da outra
Intervenção e mais orientação de como deve ser uma apresentação, um relato.
“Não tinha que ter menos de nada” (4 menções)
Sem preenchimento – 6



ANEXO 1

1. Nina Kahn: Trabalha há 30 anos com populações indígenas e durante muito tempo com educação indígena. Já fez parte do CTI e do ISA, e agora não está diretamente ligada a nenhuma atividade dessas instituições.
2. Helena/CTI: entrou no CTI em 2008 para trabalhar no programa Javari, onde morou por 2 anos, agora está no escritório de CTI em SP trabalhando na parte da comunicação, ainda com o programa Javari e outros.
3. Inaiá/CTI: trabalha há pouco tempo no CTI, no escritório em SP, na parte da administração.
4. Daniela/CTI: coordena do projeto Cultura Viva Timbira do CTI.
5. Mutua Mehinaku: PIX, faz parte da ATIX, é diretor regional do Xingu. É também pesquisador indígena do Museu do índio no RJ.
6. Renato Mendonça: trabalha no ISA com assessoria as organizações indígenas como a ATIX e outras associações locais do Xingu.
7. Arthur: povo krikati.
8. Wesley: gavião, vice-presidente da Associação da aldeia Riachinho.
9. Paulo Tucran: professor da aldeia Canela do Porquinhos e pesquisador.
10. Elias: povo Canela, da aldeia Porquinhos. Estou aqui porque me convidaram e acho que tenho muito a aprender.
11. Severo: presidente da associação Canela do Escalvado.
12. Ivan Polcaté: representante dos jovens Canela do Escalvado.
13. Lucas: professor Guarani.
14. Anna: Trabalho na RFN, e pela primeira vez vai a esta região.
15. Marco/CPI-AC: trabalha na CPI/AC na questão de gestão territorial em Terras Indígenas.
16. Bush Matis: associação Matis-Aima do TI Vale do Javari.
17. Pempxa Krahô: associação indígena Makraré.
18. Ricú: Krahô representa também a Wyty Catê .
19. Guime: aldeia nova Krahô, pesquisador deste Centro de pesquisa Timbira.
20. Iramar: associação da aldeia do Rio Vermelho, do povo Krahô.
21. Rubem Krahô: professor na aldeia Rio Vermelho.
22. Simão Carcore: professor da aldeia nova Krahô.
23. Gersila Krahô: representante do conselho da FrutaSã, e vice cacique.
24. Oscar: cacique, representa a associação dos Apinayé.
25. Daniel Apinayé: conselho de saúde.
26. Reginaldo: aldeia Apinayé.
27. Oswaldo: liderança Apinayé.
28. Horácio: representante da associação Aimas do Vale do Javari do povo Marubo.
29. Silvio: secretário da associação do povo Kanamary do Vale do Javari / Akavaja.
30. Cláudio: representa os povos Marubo da Vale do Javari.
31. Nilo: povo Marubo, representa a Asdec.
32. Zé Torino: fundador da Wyty Catê, povo krikati.
33. Maria Krikati: representa a cantoria da Wyty Catê.
34. Neuza Gavião: presidente da associação da Rubiácea.
35. Lucas Manchineri: vice-coordenador das associações indígenas do estado do Acre representa ainda a associação Manchineri.
36. Billy: geoprocessamento da CPI/AC.
37. Felipe: CTI Javari.
38. Vera: na CPI/AC há 27 anos, faz a articulação política e acompanha a RCA desde o início.
39. Conrado: CTI programa Javari desde 2004, e hoje na CGII – Funai.
40. Moisés: ISA, trabalha com as associações locais e a ATIX do Xingu.
41. Kotonã: povo Wayana, moro no parque do Tucumaque e com a associação de lá.
42. Simone: IEPÉ, programa Wajãpi, assessorando a Apina.
43. Luis Donisete: Iepé e Secretário executivo da RCA.
44. Matapi: Wajãpi, do Amapá, da associação Apina.
45. Viseni: Wajãpi da Apina.

46. Parikura: Wajãpi da Apina.
47. Trento: 1º secretário da Hutukara do povo Yanomami.
48. Vitor Mayuruna: representante da Organização Geral dos Mayuruna – OGM.
49. Marcelo: povo Yekuana, Roraima.
50. Maurício: povo Yekuana, trabalha na Hutukara.
51. Maurício Guarani (RS): Comissão Guarani Yvy Rupa/ CGY.
52. Timóteo Guarani (SP): CGY.
53. Renato Tukano: Foim.
54. Luis Baré: Foim.
55. Pikuruk Kawaiwete (Kaiabi)- ATIX.
56. Priscila: CTI, acompanha a Wyty Catê .
57. Jonas Gavião: coordenador da Wyty Catê .
58. Arlete Krikati: Presidente Wyty Catê .
59. Maria Elisa Ladeira: Coordenação do CTI Timbira.
60. Daniel/CTI: Trabalha no programa Guarani.
61. Alexandre Wera Guarani: cineasta indígena.
62. André Lorenz: a convite do CTI, foi registrar/filmar a reunião.
63. Marcelo Gavião: representante da associação do povo Gavião.
64. Alberto Hapohy: fundador da Wyty Catê .
65. Sílvia, Paquin: Filha do Hapohy Krahô.
66. Hunko Floriana: neta do Hapohy Krahô.
67. Mitia: FUNAI Palmas.
68. Bruno: FUNAI CTL de Carolina.
69. Marcos: FUNAI Carolina (Motorista).
70. Patrícia: FUNAI CTL Carolina.
71. Mônica: FUNAI Palmas – Comunicação e Educação.
72. Eduardo: FUNAI Barra do Corda.

Associações locais do povo Timbira convidadas pelo CTI

1. Mäkrare – Krahô
2. Wokran – Krahô
3. Kãpej – Krahô
4. Pempxã – Apinajé
5. Krinduré – Apinajé
6. Acigma – Gavião
7. Acigar – Gavião Riachinho
8. Acigar – Gavião Rubiácea
9. Pepcahàc-CIPK – Kricati
10. Asso Apanjekra – Canela Apanjekra
11. Assoc. Ramkokamekra Canela

Associações locais do Vale do Javari convidadas pelo CTI

12. OGM – Matses
13. Oami – Marubo
14. Amaanac
15. Amass - Marubo
16. Asdec - Marubo
17. Aima – Matis
18. Apitikatxi – Titiyó; kaxuyana
19. Akavaja - Kanamari

Outros convidados pelo CTI

20. Comissão Guarani Yvy Rupa
21. Francisco Piyãko – Assessor técnico da presidência da Funai

ANEXO 2 – Para preparar o Documento Base

Responsável pela organização do documento: Secretaria executiva da RCA - Iepé

Questionário para as instituições-membro da RCA responderem

1. Nome da organização:
2. Ano em que foi criada:
3. Povos e/ou comunidades que representa e a localização nos Estados:
4. Local da sede da associação (endereço e contatos de telefone e e-mail):
5. Composição da atual diretoria (escrever quais os cargos da diretoria e quem os ocupam atualmente):
6. Como está organizada a sua associação (tem departamentos, representantes nas comunidades, conselho?)
7. Quem criou a organização e por que ela foi criada?
8. Quem ajudou na criação?
9. Como está a situação da organização hoje, em termos de sua situação legal, financeira, etc.?

Assembléias

1. De quanto em quanto tempo são realizadas assembléias de sua organização?
2. Quem faz parte da assembléia da sua organização?
3. Quando foi realizada a última assembléia?
4. Onde foi realizada e quantas pessoas participaram?
5. Quais os assuntos que discutiram?
6. Quem apoiou a realização da assembléia?

Atividades

1. Quais atividades a sua organização realiza?
2. Vocês têm projetos em desenvolvimento no momento? Conte um pouco sobre esses projetos?
3. Quem apóia financeiramente a organização?
4. Vocês contam com alguma forma de assessoria? De quem?
5. Quem pensa os projetos na sua organização? Quem escreve? Quem faz as prestações de conta? Quem busca financiamento?
6. Existem projetos desenvolvidos com recursos exclusivamente governamentais? Quais?

Avaliação

1. Como vocês se relacionam com os governos estaduais e municipais?
2. Quais os principais assuntos que vocês estão tratando com os governos municipal, estadual e federal.
Vocês mantêm relações com outras organizações indígenas?
3. Como é a relação de sua organização com as comunidades que ela representa?
4. Quais são os principais assuntos que sua organização tem com as comunidades que ela representa?
5. As comunidades estão informadas sobre os projetos que vocês executam? Como fazem para divulgar suas atividades?
6. As comunidades procuram sua organização? Para que?
7. Tem coisas que as comunidades querem de sua organização mas ela não consegue atender? O que?
Quais as principais conquistas da sua organização?
8. Quais são as principais dificuldades que a sua organização enfrenta hoje?

As tabelas abaixo sintetizam as informações do documento base

ASPECTOS COMUNS

	TERRA	EDUCAÇÃO	SAÚDE	MEIO AMBIENTE	CULTURA	OUTROS
AIMA - Matis		Form. e seleção prof.; educ. escolar p/ evitar evasão dos alunos para a cidade.	Construção do pólo-base de saúde			
AIMASS – Marubo de São Salvador	“agricultura”	“agricultura”	“agricultura”	“agricultura”	“agricultura”	“Melhorar a comunidade”
AKAVAJA - Kanamari	“território”	Não especificado		“território”	Valorização do cult. e das artes, danças, músicas, histórias etc.	Conscientização de união e organização.
APINA - Wajãpi	Descentralização das aldeias		Construção de postos de saúde, saneamento e formação AIS		Combate aos preconceitos e ideias equivocadas sobre os Wajãpi	
AWATAC - Wajãpi	Ver Apina	Citado, mas não especificado no Apina			Ver Apina	Ver Apina
APITIKATXI - Kaxuiana, Tiriyó, Txikuiana		Construção de escolas, formação prof. Indígenas.				Casa de apoio, tentar represent. indígena junto ao governo.
APIWA – Waiana e Apalai		Não especificado		Terra? Alimento?		
ASDEC – alto rio Curuça	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Não especificado	
ATIX - PIX	Fiscalização do territ.		Não especificado			ICMS ecológico
FOIRN – alto, médio						

e baixo Rio Negro						
HUTUKARA – Yanomami e sub-grupos	Defesa da floresta	Educação diferenciada	Medicina tradicional			
OAMI – Marubo do Ituí						
OGM - Mayuruna						
OPIAC – professores indígenas e agentes agroflorestais do AC		Reforma e construção das escolas; curso de professor, merenda; capacitação dos técnicos pedagógicos e assessor indígena; curso superior indígena etc.	Merenda	reconhecimento da categoria agente agro florestal indígena;		
Wyty Catê – povos Timbira	Segurança territorial			Segurança ambiental	Não específica	Reforma sede; mobilização da agenda polít. ; implement. do Fundo CESTE de compens. UHE Estreito (para peq. projetos).

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES

ano criação	nome	pra que	dificuldade financeira	projetos em curso	quem financia	pauta
2008	AIMA - Matis	Diminuir dependência da FUNAI e outras entidades que trabalham com indígenas, na questão da melhoria das condições de vida dos Matis, na luta e defesa do território, saúde e educação escolar indígena.	Pendência de declaração de Imposto de Renda. A associação está legalizada, mas tem demanda muito grande de recurso financeiro para manutenção da sede, conta de água, luz, telefone e reforma da sede	Manejo de lagos e pesca de pirarucu.	sócios	Form. e seleção prof.; saúde indígena, educ. escolar; evasão dos alunos p/cidade; construção do pólo-base de saúde
2008	AIMASS – Marubo	Para buscar meios de melhorar suas necessidade e facilitar a comercialização de seus produtos.	Situação financeira ruim	Agricultura	comunidade	Melhorar a comunidade
2007	AKAVAJA - Kanamari	Para buscar soluções na promoção da educação, saúde, sustentabilidade, autonomia e outros	Tem recurso para o único projeto. Não menciona como paga custos administrativos.	cultura	PDPI	Conscientização de união e organizaç; palestras de saúde, educ, valoriz. cult., valoriz. artes, território; danças/músicas/histórias etc.
1994	APINA - Wajãpi	Demarcação da terra (que se efetivou em 1996), na luta pelos direitos dos Wajãpi e para representar o povo Wajãpi frente aos não-indios nos processos de decisão do	Inadimplente por causa do convênio com a Funasa.	Proteção e fiscalização do território	RFN	Relações dos Wajãpi com os órgãos governamentais p/ apoiar descentralização das aldeias; combate aos preconceitos e idéias equivocadas a

		interesse dos Wajãpi.				respeito dos Wajãpi
2004	APITIKAT XI-Kaxuiana, Tiriyo, Txikuiana	Assistências nas áreas de saúde, educação, ambiental e defender os direitos dos povos indígenas.	Não possui recursos próprios, conta com apoio de parceiros.	Estação Digital, para acesso à formação e informação (mais chances no mercado de trabalho), e Valorização Cultural.	lepé, BB e Museu do Índio/RJ.	Gov. estad = casa de apoio, tentar represent. indígena junto ao governo, construção de escolas, form. prof. indígenas. Gov. fed. = Construção de postos de saúde, saneamento e form. AIS.
2010	APIWA – Waiana e Apalai	Representar as duas etnias e substituir associação anterior, inadimplente.	Em dia com as contas	Vende artesanato. Está sem projetos	Sem projetos	Educação, saúde e meio ambiente
2003	ASDEC – alto rio Curuçá	Para enfrentar problemas na região.	Em dia, sem apoio financeiro e sem sede	Não especificado	MMA, PDPI e CECE (aguardam aprovação?)	Tudo o que for de interesse
1995	ATIX - PIX	Para atender uma parte das necessidades das comunidades Xinguanas.	Em dia	Fiscalização, transporte, saúde e educação, alternativas econômicas para as comunidades (artesanato + mel = valorização cultural). Recuperação de terras degradadas com as árvores "donas da capoeira" e resgate cultural de sementes de milho Kaiabi.	RFN, PDPI, ISA/RFN	Fiscalização do território e tentativa de parceria com prefeitura p/ receber ICMS ecológico.
2011	AWATAC -	Fortalecimento	Em dia	Aguarda	Fundo de	Através do

	Wajãpi	cultural e gestão territorial e ambiental, porque o Apina ficou inadimplente (Funasa)		aprovação de projeto de fortalecimento cultural pela Natura	artesanato, lepé/RFN	Apina, tratamos de Saúde, Educação, Cultura, Terra e Ambiente.
1987	Foirn – Rio Negro	Reconhecimento e demarcação da terra e dos direitos indígenas	Em dia	Pontão de Cultura; Território de Cidadania (MDA); fortalecimento das associações; articulação com políticas públicas para saúde, educação e meio ambiente (vigilância, etnodesenvolvimento)	Horizont 3000; Embaixada da Noruega, ISA/RFN; Iphan; MDA	
2004	Hutukara - Yanomami	Tornar-se um corpo orgânico de luta em Boa Vista.	Em dia, com recursos limitados para dar conta de toda a TIY	Fortalecimento Institucional da HAY através de Encontros regionais	RFN Cafod	Defender a floresta, respeitar medicina tradicional, lutar por educação diferenciada.
2008	OAMI – Marubo do Ituí	Falta CNPJ e conta bancária		Sem apoio financeiro		
2009	OGM - Mayuruna	Fortalecer jovens e cultura tradicional.	Em dia	Sem projetos	Sem financiador	
2000	OPIAC – professoras indígenas AC	Para organizar a política de educação indígena. Para conseguir recursos de projetos, para discutir no MEC ou nas secretarias do estado e do município os professores deveriam estar organizados em uma associação.	Em dia	Articulação com políticas públicas p/ formação docente; gestão territorial e ambiental; 3º grau indígena; gestão escolar; cursos de informática; política linguística etc.	RFN; governo de estado do AC	Acompanhamos e cobramos a agilidade nas políticas para os povos indígenas no Acre; reconhecimento da categoria agente agro florestal indígena; reforma e construção das escolas; curso de professor, merenda;

						capacitação dos técnicos pedagógico e assessor indígena; curso superior indígena etc.
1994	Wyty Catê - Timbira	Para defender a integridade territ. e cultural Timbira, promover o fortal. ecô e social, fortalecer a org. política das comu//, interferir nas polít. públicas para a melhoria do atendi/ dos serviços de saúde e educ.	Pendências com MDA		Sem apoio financeiro	Proj do PD/A (paralisado):re form. sede; mobiliz da agenda polít. ; implemente. do Fundo CESTE de compens. UHE Estreito (peq. proj. segurança territ, amb., aliment e cult. para as 4 TIs.

ANEXO 3 - Destaques da fala de Francisco Piyãko

Sobre o papel das associações: A associação e a cooperativa não são a coisa mais importante, elas são um instrumento que os índios precisam ter como ferramenta de trabalho, para firmar compromissos. “Para dentro temos nossa tradição oral”, sendo que as comunidades indígenas precisam também de outras ferramentas como computador, câmera fotográfica, internet. Tudo isso, sabendo usar, contribui para a luta da comunidade. Não haveria dificuldade de se usar esses instrumentos quando são feitos “arranjos internos” de como usá-los.

A maior necessidade está nas comunidades indígenas. A necessidade não é da associação, é das comunidades. A associação tem que ser uma necessidade da comunidade, que precisa ajudá-la a funcionar. Se a associação não gera resultados e não dá retorno, para que mantê-la?

Sobre a capacidade de articulação interna: A motivação tem que vir de dentro, do próprio povo. No caso dos Ashaninka foi necessário “organizar as tradições culturais”. Elaborar o plano de gestão foi um passo para reestabelecer o uso do território, depois de um processo de “botar no papel” o que queriam nele fazer, e como. Quem está na diretoria é porta voz da comunidade, os diretores não são donos da comunidade, e precisam seguir a orientação da comunidade.

Sobre associativismo: Muitas associações ficaram dez anos, quinze anos trabalhando no entendimento de qual seria o trabalho das associações. Ficaram muitos tempo sem ter dinheiro, e haviam associações que estavam endividadas. Isso é muito normal, em vários lugares do Brasil isso também acontece.

Sobre a lógica do “projetismo”: A gestão tem que seguir as regras, pois se está lidando com um sistema. O sistema capitalista impõe as regras, mesmo não estando de acordo, é necessário haver uma relação bem clara para poder sobreviver nessa relação. Refere-se a um “projeto bem específico que se sustenta por meio da organização maior do povo”. Este projeto é o que mede se o professor está bem, se o agente de saúde está bem, se o membro da associação está bem.

Sobre a falta de capacitação técnica: É preciso separar algumas coisas: suas tradições culturais e a dos outros, se espelhando. (...) Quando se fala de recurso financeiro de projetos, não se pode fugir da capacidade técnica para gerir esses recursos. Fazer política é sempre saber com quem se está lidando. Tem que se promover um diálogo nessas relações, nas parcerias. (...) Se não tiver uma gestão, se não tiver conhecimento para tratar essas questões, não funciona. Planejamento, compromisso, estratégia, capacidade técnica, tudo isso é importante e sabendo que não temos como fugir das regras do sistema capitalista.

Sobre a questão da sustentabilidade: Hoje ninguém está financiando projeto que não tem relação direta com a comunidade. Tudo hoje tem que dar retorno, então, muitas associações indígenas e não indígenas, quando não deram retorno, estão aí em situações difíceis. (...) Quando se fala de recurso financeiro de projetos, não se pode fugir da capacidade técnica para gerir esses recursos. Fazer política é sempre saber com quem se está lidando. Tem que fazer um diálogo nessas relações, nas parcerias.

Uma coisa é a identidade cultural, se ver melhor, se conhecer. Outra é a gestão política clara e administrativamente sólida. Cultura indígena não basta para dar solidez aos números. Matemática é matemática. Tem que saber quanto custa a manutenção da associação, saber fazer negócios para ela se pagar. Estamos lidando com um sistema. O capitalismo impõe regras. Se não estamos de acordo é outra coisa, mas para sobreviver nele temos que nos adaptar.

Sobre a gestão territorial como ferramenta de diálogo com o Estado: Dentro da comunidade existem as hierarquias e existem formas de diálogo onde todos sabem e fazem tudo, tem os especialistas. Tem comunidades que estão muito avançadas no que pensam para a gestão, quem está atrasado é o Estado, porque não tem a capacidade de compreender quem representa as comunidades, ficando apagando fogo, se livrando dos índios, e não assumindo compromissos.

Sobre o movimento indígena nacional e internacional: É complicado uma organização ser a voz do movimento indígena no Brasil. Ela tem que investir nas necessidades das comunidades indígenas e não as necessidades das associações. São vários níveis de organização com diferentes graus de interferência, com relações diferentes. Não dá pra ter um padrão, mas tem algumas questões que unem todos os povos indígenas, como a questão fundiária, saúde, educação. Os movimentos também têm que acompanhar as mudanças que estão acontecendo, como Redd.

A APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) criou uma comissão nacional e pressiona o governo levando e discutindo questões. Vejo isso como uma evolução, conquistar espaços, mas é muito complicada a representação do movimento indígena em escala nacional.

A COICA está encontrando dificuldade em ser legitimada pelos nove países, porque não consegue dialogar com as bases. Está retomando a discussão de como fazer essa articulação, mas isso é muito difícil.

Sobre a relação com o Estado: Trabalhando na FUNAI vejo que o governo federal tem muita dificuldade de avançar, por desconhecimento. Se houver temas que reúnem todas as comunidades indígenas do Brasil, e relacionarmos os mais importantes, isso facilita a relação com o Estado.

Apresentar muitas demandas não dá retorno. O plano de gestão territorial é um exercício importante, é um instrumento orientador para dialogar com políticas públicas e exige apoiadores. Quem fez esse exercício muda o jeito de se olhar e olhar o outro. Foi um processo que educou o governo do Estado do Acre em como trabalhar com povos indígenas.

Sobre a RCA: As organizações indígenas devem sustentar toda essa luta pelas comunidades, com união, com as parcerias com as ONGs, reunindo projetos interessantes de fortalecimento dessas comunidades. A relação com o governo não vai acontecer se não for por esse serviço organizado. A maioria não respeita, não entende a questão indígena. Ainda há um preconceito muito grande em várias esferas de governo. Essa atividade aqui fortalece essa luta.

ANEXO 4 - Quadros sínteses, por grupos de discussão, de como resolver os problemas levantados.

40 Problemas foram levantados e os grupos escolheram alguns para debater as responsabilidades para resolvê-los.

Problemas enfrentados:

- 41- Muitos parentes não entendem o que faz uma associação;
- 42- Falta técnica e conhecimento para gestão de projetos;
- 43- Comunidades querem que associação façam obras, construção;
- 44- Falta regularização de TI;
- 45- Governos consideram as associações como obstáculo;
- 46- Falta combustível;
- 47- Conflito entre diretores das organizações e as comunidades;
- 48- Transporte aéreo é muito caro;
- 49- Falta clareza na função das organizações maiores e as organizações de base;
- 50- Comunidades querem atendimento em transporte;
- 51- Projetos pilotos não continuam;
- 52- Governo não assume responsabilidade em educação e saúde;
- 53- Comunidade espera que as associações comprem coisas em geral;
- 54- Organizações sofrem com a burocracia dos convênios com o Governo;
- 55- Professores indígenas não são formados pelo Governo;
- 56- "parente só vê parente";
- 57- Têm diretores que não assumem compromisso com a comunidade;
- 58- Têm muito índio recebendo salário e não beneficia a comunidade;
- 59- Caciques indicam pessoas para as organizações que não entendem o seu papel;
- 60- Falta acompanhamento técnico na execução dos projetos;
- 61- AIS não valorizados pela comunidade;
- 62- AISA não são reconhecidos profissionalmente pelo Governo;
- 63- Existem associações inadimplentes;
- 64- Desmobilização do movimento indígenas com a criação de muitos conselhos diferentes pelo Governo;
- 65- Falta assessoria para execução de projetos;
- 66- Legislação dos brancos nem sempre combina com hábitos da cultura indígena;
- 67- Falta de autonomia financeira para articulação das organizações e comunidades;
- 68- Falta de apoio para a FUNAI para a mobilização;
- 69- Governo não respeita autonomia indígena;
- 70- Falta metodologia para organizar o funcionamento das organizações;
- 71- Muitas associações não tem sede ou infraestrutura para trabalhar;
- 72- Índios que atuam em órgãos públicos perdem autonomia;
- 73- Formato legal das organizações não combina com formato tradicional;
- 74- É difícil manter a infraestrutura das sedes das associações indígenas nas cidades;
- 75- Falta estratégia e conhecimento para acessar recursos ligados a política partidária;
- 76- Lideranças políticas estão desatualizadas para atuar e decidir sobre problemas mais atuais;
- 77- Financiadores priorizam floresta amazônica e não o cerrado e outros biomas;
- 78- Associações indígenas não conseguem se enquadrar nas regras de prestação de contas de alguns financiadores;
- 79- Organizações locais e regionais estão desarticuladas com a representação nacional do movimento indígena;
- 80- A representação nacional do movimento indígena não se esforça em se articular com as locais e regionais.

Grupo 1

Problema	Como Resolve		Depende de Quem					
	C/ Projeto	Articulação política	Comunidade	Associação	Governo			Outro
					Mun.	Est	Fed.	
1	X	X	Conversa, rádio, alimentação.	Prever assessoria no projeto.				assessoria
25	X	X		prever assessoria no projeto.				Consultor
26		X						ONGs
27 a	c/ \$ em mãos de intermediários.	X	Pressionando associação de base.	Pressiona órgãos públicos.	X	X	X	
27 b	De Sustentabilidade e articulado c/ geração de renda						X	
28		X					X	ONGs c/ ajuda inicial
29		X					FUN AI	
30	X							ONGS
31 a base		X	Trabalho na comunidade		X			ONGS
31 b grandes	X		decisão	articulação			X	
32		X		Larga a Funai, a associação ou não tem solução	X	X		ONGS

Grupo 2

Problema	Como Resolve		Depende de Quem					
	C/ Projeto	Articulação política	Comunidade	Associação	Governo			Outro
					Mun.	Est	Fed.	
1	1	sim	sim	sim	(grupo dividido se há ou não responsabilidade de parceiros e governo ajudarem na desarticulação interna)			sim
19		sim	Lideranças	sim				
20	Sim, prever	sim	sim	sim	X	X	X	assessor

	assessoria							ia
21		sim	sim	Pressionar governo para dar condições de trabalho para os AIS – formar e recursos	X	X	X	sim
22		sim	X	X	X	X	X	X

Não houve tempo para discutir problemas 23 e 24.

Grupo 3

Problema	Como Resolve		Depende de Quem					
	C/ Projeto	Articulação política	Comunidade	Associação	Governo			Outro
					Mun.	Est	Fed.	
1		X	X	X				Parceiros capacitam para liderança
33		X		Arranjo de acordo c/ associação	X	X	X	
34 a 34b	X p/ org. grandes org. pequenas	X	Contribuição de assalariados e aposentados p/ fundo	Manter e gerir o fundo				
35		Resolver com educação e diplomacia		Resolver com educação e diplomacia				
36		X		Circular informes sobre não legitimidade dessas lideranças				
37	sim Divulgação: publicações, estudos, matérias de jornais	sim		Art. política				meios de comunicação, jornalistas, artistas, cineastas
38		X		Contratar técnicos para os quadros; Articular com outras associações para discutir problemas como convênios não ajustados para a gestão indígena.	x	x	x	Formar os quadros

Não houve tempo para discutir problemas 39 e 40.

Destaques:

Problema 33- em alguns estados os professores pagam para os sindicatos; no lugar, poderiam pagar para a organização.

Problema 36- Lideranças deixam de ir para as comunidades e perdem o vínculo com a realidade. Tomam decisões inadequadas. Sabem do problema no seu panorama geral.

Grupo 4

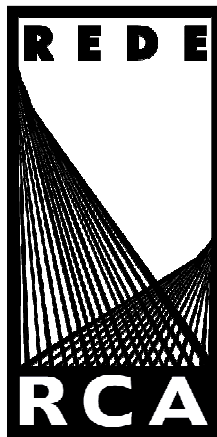
Problema	Como Resolve		Depende de Quem					
	C/ Projeto	Articulação política	Comunidade	Associação	Governo			Outro
					Mun.	Est	Fed.	
1	Explicar p comunidade. Diretoria sem conhecimento não pode assumir .	c/ org. locais	Assumir deslocamento	X				ONGs
2	Assessoria e formação	Apoio p/ quem se forma e p/ assumir a gestão do projeto	X	X				Parceiro precisa capacitar a pessoa
3	Explicar p comunidade que Diretoria sem conhecimento não pode assumir.	c/ org. locais	Assumir deslocamento	Explicar o papel da associação para as bases.	x	x	x	ONGs
4	Projetos podem contribuir p/ articulação, mobilização e para assegurar a permanência na área reivindicada	Articulação interna leva demandas p/ órgãos e p/ se manter no local de conflito. Pressionar opinião pública	Para deslocamento	Se organizar para reivindicar			X regularizar e desintrusar etc.	Pressionando governo
5	Não tem solução							
6	No caso de mobilização	X	Quando é para saúde ou para educação		x	x	x	Parceiros de projetos
7		X	X	X				
8	No caso de	X	Quando é		x	x	x	

	mobilização		p/ saúde ou para educ.					
33		X (*)					(**)	

33- (*) A articulação indígena deve ser em âmbito nacional e internacional; (**) problema só se resolve se tiver flexibilização do código civil – CNPJ mais acessível e estrutura de organizações diferenciada e mais editais como agências implementadoras.

Grupo 5

Problema	Como Resolve		Depende de Quem					
	C/ Projeto	Articulação política	Comunidade	Associação	Governo			Outro
					Mun.	Est.	Fed.	
1	X	X	X					
9	X		.	Papel da assembleia, lembrando o papel das associações de base.	X	X	X	
10	X	c/ parceiros		Diretoria tem que conscientizar, explicar que tem limite. Transparência, demonstração.	x	x	x	x
11	sim		X	Compromisso com as comunidades	x	x	x	x
12		Articulação para cobrar do governo		Coordena ação de pressão no legislativo e no executivo	\$\$ de imposto	\$\$ de imposto	\$\$ de imposto	x
13	sem		X. Informar política pública sobre diferenças	X	X			
14		Lutar por polít. Publicas diferenciada. TCU não diferencia, o que Explica inadimplência.		X		sim	Sim + legislativo	
15	sim		Associação bem articulada com bases		x	x	x	
16	?	X	Fiscalizar, cobrar	Transparência				
17	nao	Criar fundo para associac. c/ contribuição mensal dos assalariados	Associação bem articulada com bases para conscientizar e aplicar \$ corretamente.	X				
18		X	X	X				



RCA

Rua Professor Monjardino, 19 - Vila Sônia

05625-160 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3746-7912

E-mail: redesca@gmail.com

Blog: <http://rcabrasil.blogspot.com/>